

LITERATURA, NAÇÃO E CONTRADIÇÃO

LITERATURE, NATION AND CONTRADICTION

Gustavo Arnt¹

Resumo: O objetivo deste ensaio é investigar a relação entre a literatura e o processo de formação da nação. Buscamos compreender o complexo movimento dialético dos dois gumes da literatura no que diz respeito à nação e ao nacionalismo. Por um lado, nos interessa saber o modo como a literatura deu acabamento estético a esse tema; por outro, nos interessa saber de que modo a literatura se relacionou com os projetos de nação construídos para o Brasil ao longo da história.

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalismo literário, literatura brasileira, dialética.

ABSTRACT: The objective of this test is to investigate the relationship between literature and the process of forming the nation. We understand the complex dialectic movement of the two edges of literature regarding the nation and nationalism. First, we want to know how the literature has “aesthetic finish” to them; secondly, we want to know how the literature was related to the projects constructed for the nation of Brazil throughout history.

KEYWORDS: Nationalism literary, Brazilian literature, dialectics.

Contradições do nacionalismo

“têm sido ou podem ser considerados formas de nacionalismo o ufanismo patrioteiro, o pessimismo realista, o arianismo aristocrático, a reivindicação da mestiçagem, a xenofobia, a assimilação dos modelos europeus, a rejeição destes modelos, a valorização da cultura popular, o conservadorismo político, as posições de esquerda, a defesa do patrimônio econômico, a procura da originalidade etc.”

Antonio Candido

Pensar em nação e nacionalismo significa pensar em contradições. Conforme argumenta Benedict Anderson (2002), apesar da concordância unânime acerca da existência do nacionalismo, há muita discordância e disputa acerca não só dos conceitos de nação e nacionalismo, como também da relevância de seu uso político. Ainda segundo Anderson, “sua difusão global [do nacionalismo] ora é interpretada pela metáfora maligna da metástase, ora sob os signos sorridentes da identidade e da emancipação” (BALAKRISHNAN, 2000, p. 7).

¹ Mestrando em Teoria Literária e Literatura Brasileira pelo Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília-UnB. E-mail: gustavo_arnt@hotmail.com.

Em países periféricos como o Brasil, essa questão se complica ainda mais. Aqui, nação e nacionalismo aparecem como “idéias fora do lugar” (SCHWARZ, 2000), não surgem de um longo processo histórico, da necessidade econômica de unificação, de uma tradição cultural compartilhada por seus habitantes ou de qualquer dos mais recorrentes condicionamentos históricos da formação das nações européias; aqui, o dado nacional se constrói com base na inadequação.

O nacionalismo literário, como veremos, segue a mesma lógica. Situa-se, contraditoriamente, entre a busca dos caracteres mais especificamente brasileiros e a inevitável influência da tradição cultural ocidental. Basta lembrarmos que o programa nacional romântico foi gestado em Paris por um grupo de intelectuais liderado pelo francês Ferdinand Denis.

No entanto, as contradições do nacionalismo (literário ou não) são ainda maiores, passam pelo complexo debate acerca de sua continuidade ou ruptura, de seu uso como instrumento de dominação ou como mecanismo de resistência ao imperialismo etc. Há ainda muito que se pensar acerca dessa questão; esperamos com este ensaio indicar alguns dos caminhos pelos quais enveredou a relação entre literatura e nação no Brasil.

2- “Nesta terra, em se plantando, tudo dá”: a terra prometida, a pátria das letras

Na famosa carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal quando da descoberta do Brasil, já estão presentes marcas do que viria a ser a trajetória do desenvolvimento das letras e de sua posterior relação com a construção da nação brasileira. Há nesse documento um deslumbre em relação ao país, obviamente marcado pelo ponto de vista do colonizador, que viria a se tornar um dos alicerces de boa parte da produção literária posterior. Do mesmo modo que essas novas terras passavam a ser vistas como “o paraíso”, desenvolveu-se também a noção de que o Brasil estava predestinado a se tornar a pátria das letras (CANDIDO, 2006b).

Durante a primeira fase colonial do Brasil, a literatura feita em terras brasileiras será muito mais filiada à tradição portuguesa e européia que ao Brasil; além disso, ainda não havia no país as condições minimamente necessárias à configuração de uma literatura nacional. Nas palavras de Antonio Candido, as obras desse período são antes manifestações literárias em terras brasileiras que literatura brasileira propriamente dita (CANDIDO, 2006a, p.25).

A importância das manifestações literárias diz respeito, sobretudo, ao desenvolvimento de certo sentimento localista entre os colonos e também ao processo de transfiguração da realidade, responsável pelo "veio da exaltada celebração do país, que durante quase três séculos serviu de compensação para o atraso e o primitivismo reinantes"(ibidem, p.23).

No interior do processo de formação da literatura brasileira, Candido aponta um duplo movimento:

De um lado, a visão da nova realidade que se oferecia e devia ser transformada em "temas", diferentes dos que nutriam a literatura da Metrópole. Do outro lado, a necessidade de usar de maneira por vezes diferente "as formas", adaptando os gêneros às necessidades de expressão dos sentimentos e da realidade local. (CANDIDO, 2004, p.14-15)

Esse processo, ao qual Candido chama de "dialética local-universal", isto é, a relação entre a forma européia e a matéria local, será fundamental para a formação da literatura **nacional**. O trabalho dos escritores de adequação da forma estrangeira à matéria local será um grande impulsionador do desenvolvimento da literatura **brasileira** propriamente dita. Porém, como veremos adiante, o sistema literário **nacional** se configura plenamente apenas quando, ao lado do desenvolvimento de condições de produção e circulação das obras, os escritores já podem buscar recursos em seus predecessores nacionais (ibidem, p.26).

3- "Dupla filiação" e "empenho": as raízes do nacionalismo literário

Ao nos debruçarmos sobre o Arcadismo, verificamos que, naquele momento, a questão colocada não era exatamente o nacionalismo, haja vista que o país encontrava-se ainda na condição de colônia, estando política e economicamente sob os influxos de Portugal. Contudo, apesar da condição colonial, já podemos vislumbrar as raízes do nacionalismo romântico no **empenho** da literatura árcade. Em outras palavras, existe já no ápice do Arcadismo a configuração de um sentimento nativista, que será o germe da vontade de tornar o país e a literatura independentes.

O conceito de **empenho** é fundamental para se pensar o papel da literatura no projeto de construção da nação, pois, conforme argumenta Antonio Candido, o projeto de construir uma literatura independente da de Portugal também foi o de construir uma nação. O crítico explica que com "empenho" não quer dizer que a literatura "seja social ou deseje tomar partido

ideologicamente"; na verdade, com esse conceito ele pretende mostrar que a literatura nesse momento

é toda voltada, no intuito dos escritores ou na opinião dos críticos, para a construção duma cultura válida no país. Quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração **nacional** (ibidem, p.20, grifo meu).

Essa observação é essencial para a investigação que desenvolvemos no presente ensaio. Partindo da constatação de que desde o Arcadismo o fazer literário no Brasil esteve intimamente ligado ao processo de construção de uma nação, podemos analisar os termos em que se constrói a literatura arcádica empenhada, haja vista que nos interessa saber qual modelo de país estava no horizonte dos árcades e qual foi, de fato, a contribuição que a literatura deu a este processo.

A literatura chega ao Brasil como uma imposição, como parte do conjunto de ações das quais os colonizadores lançaram mão para se instalarem no Brasil e garantirem seu domínio político, cultural e econômico, inserindo-se, dessa forma, no processo de configuração da hegemonia², num primeiro momento da Coroa portuguesa e ,a partir da Independência, da classe dominante nacional (CANDIDO, 2006b, p.200; SCHWARZ, 2005, p. 131).

No que diz respeito à literatura de forma mais específica, é importante notar que a dialética local-universal se configura da seguinte maneira: a forma literária que chega ao Brasil se encontra num estágio de grande refinamento técnico e erudito na Europa, é o auge da forma classicista, que buscava retornar aos padrões gregos e romanos. Nesse momento, encontramos a voga da rigidificação das formas, principalmente por meio da normatização estética. A compreensão desse momento é importante, porque possibilita verificar que, para ser bem aceito socialmente, o escritor tinha que buscar atender adequadamente as "normas formais universais". Por outro lado, o estudo da dialética entre forma e conteúdo nos ensina que aquela está sempre buscando ajustar-se adequadamente a este, e no Brasil não foi diferente. A forma clássica importada, quando chega às nossas terras encontra uma matéria que não se adéqua a ela, sendo que essa inadequação entre forma européia e conteúdo nativo terá várias conseqüências interessantes por um lado e negativas por outro. Um dos benefícios da importação da forma clássica foi que a literatura produzida aqui pôde alcançar um bom nível em um período de tempo relativamente curto. Uma das

² Hegemonia é aqui entendi no sentido desenvolvido por Antonio Gramsci. Cf. GRAMSCI, A. (1981)

desvantagens foi o fato de o estilo com ares eruditos e rebuscados se colocar como uma barreira a mais na difusão da literatura.

4- Os homens que aqui escrevem, não escrevem como os de lá: o programa nacional romântico

Será com o Romantismo que a questão nacional vai ser colocada de fato como um problema de primeira ordem. Sob o influxo dos movimentos de libertação nacional ocorridos na América, associado à proclamação da Independência do Brasil em 1822, inspirado pelos ideais oriundos da Revolução Francesa e do liberalismo econômico, e herdeiro do movimento romântico na Europa, o Romantismo brasileiro é marcado indubitavelmente pelo **nacionalismo literário**. O desejo de emancipar a literatura brasileira da portuguesa e de consolidar a soberania do país será o carro-chefe dessa estética.

Dessa forma, observemos como o nacionalismo se apresenta como material estético ao Romantismo e como este se relaciona com os principais projetos políticos de construção nacional gestados ao longo do século XIX no Brasil.

Como já foi mencionado, o grande impulso do Romantismo brasileiro foi o movimento de Independência do Brasil. Nesse momento, conforme aponta Bernardo Ricupero, “realizada a independência política, resta adequar a cultura brasileira à nova condição” (RICUPERO, 2004, p. 85). A construção política de uma nação independente motivará os escritores a realizarem também no plano estético uma afirmação nacional. É nesse contexto que se desenvolve o que Antonio Candido chamou de “senso de dever patriótico”, ou seja, os escritores românticos se integravam num processo mais amplo de construção da nação e eram levados “não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras contribuição para o progresso” (CANDIDO, op.cit, p. 328).

Animados pela missão histórica de, por meio das Letras, contribuir para a emancipação política e “espiritual” do país nascente, os escritores irão incorporar à atividade estética alguns elementos fundamentais; será o momento da criação de símbolos, história, cultura, identidade e, evidentemente, literatura próprios. Tratava-se então de “construir uma vida intelectual na sua totalidade, para progresso das Luzes e conseqüente grandeza da pátria” (idem, p. 329).

Conclui-se daí que a atividade letrada desempenhou papel fundamental nesse momento histórico, sendo um dos pilares da classe dominante àquele momento no processo de constituição de uma hegemonia. Corroborando nossa argumentação, observe-se que “a hegemonia, para ser segura, para ser completa, não pode limitar-se apenas à dominação, precisa também funcionar como direção intelectual e moral.” (RICUPERO, op.cit., p. XXIII). É justamente aí que entra a literatura romântica (contraditoriamente constituída), pois tendo cabido a ela papel tão importante nesse período conclui-se que esteve no centro do processo de “imaginação”³ da comunidade brasileira.

Saindo do campo de caráter mais histórico-sociológico e entrando nos domínios da estética literária, observam-se alguns elementos gerais que constituíram literariamente a expressão nacionalista (Indianismo, exaltação da natureza, regionalismo). É sempre importante ressaltar que tais elementos atuaram dialeticamente: por um lado, possibilitaram a fixação de traços do caráter nacional brasileiro, por outro, atuaram muitas vezes como “ilusão compensatória”, fundamentada numa “consciência amena do atraso” brasileiro (CANDIDO, 2006b, p.176).

Em contrapartida à sua importância histórica, principalmente em relação à formação do sistema literário brasileiro, o programa romântico, de um modo geral, acabou por configurar um país em bases de cunho pitoresco, exótico e estereotipado: veja-se, por exemplo, o tratamento dado ao negro e ao índio nesse momento. A incorporação estética deste possibilitava a imaginação de um passado mítico para a nação em construção, amenizava o conflito colonizatório e, como já estava marginalizado da sociedade, não produzia o incômodo que o negro, escravizado (contraditoriamente convivendo com os ideais liberais importados da Europa), traria incorporado à literatura. Vale lembrar também que foi essa a simbologia incorporada ao imaginário das elites no processo de consolidação da hegemonia e que, gradualmente, foi transformada em senso comum (GRAMSCI, 1981, p. 35-38).

Essa é uma das principais contradições do Romantismo: por um lado tem-se o desejo de construir uma nação livre e soberana, por outro, não se verifica qualquer interesse em abandonar a estrutura social fincada no escravismo e em incorporar a população marginalizada ao projeto de nação em construção. Ou melhor, essa população estava incorporada, mas com espaço e funções muito bem demarcadas: classe trabalhadora servil.

³ Cf. o conceito de nação como “comunidade imaginada” In: ANDERSON, B. (2004).

5-O “Instinto de Nacionalidade” em meio à viravolta machadiana

No balanço que elabora da literatura brasileira produzida até sua época (1873), Machado de Assis se propõe a estudar uma característica da literatura produzida no Brasil até então e que ele identifica como “instinto de nacionalidade”, ou ainda, “o geral desejo de criar uma literatura mais independente” (M. de ASSIS, 1999, p. 03).

Comentando as contribuições de autores como frei Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Gonçalves Dias e José de Alencar, o escritor ressalta o modo como a figura do índio aparece em nossa literatura. Machado chama a atenção do leitor para o fato de a crítica de sua época só reconhecer “espírito nacional nas obras que tratam de assunto local”, quando na sua opinião, e isso é talvez a sua maior contribuição nesse artigo, “o que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ibidem, p. 03). Com isso o escritor procura assinalar que, para falar do país, das mazelas sociais, das crueldades da escravidão, do fosso capitalista etc., ele não precisa falar diretamente dos índios, dos negros, das mulheres e assim por diante.

Machado de Assis tem o mérito de livrar a literatura brasileira das amarras de certo nacionalismo tacanho desenvolvido ao longo do Romantismo, muito preocupado em celebrar o país novo e as promessas que se faziam para a nação em construção. Machado consegue dar um aproveitamento notável à literatura brasileira produzida até então e também a toda a tradição/influência das Letras ocidentais (inevitável, diga-se de passagem) por meio de uma superação dialética, isto é, ele consegue dar um salto qualitativo em relação aos predecessores realizando esteticamente, por via negativa, uma representação crítica do Brasil. De fato, o escritor carioca não se vale do tema indígena, não traz o colorido das matas selvagens, não se aventura pelo interior do país em busca do específico regional, mas consegue, por meio do trabalho estético, da síntese entre forma literária e processo social, representar as fraturas da nação brasileira.

Em Machado há uma radicalidade negativa, a qual durante muito tempo foi erroneamente interpretada como pessimismo niilista, que supera a visão eufórica do país. Observa-se, então, que a concepção de nação apresentada por Machado é muito mais complexa que a dos românticos. Ele já está em condições de perceber e, principalmente, de formular literariamente a

crítica a um projeto de nação construído com bases na modernização conservadora, nas promessas de progresso e emancipação que nos chegavam do pensamento europeu e que eram aqui reelaboradas como “ideologia de segundo grau” (SCHWARZ, 2000, p. 18-19)

6- Entre o progresso e os sertões

Ao mesmo tempo em que dá continuidade à vocação extensiva do romance nacional, desenvolvida pelos românticos, que contribuíram para a formação de um imaginário de nação que se estendia desde *O gaúcho* até *O sertanejo*, com José de Alencar, Euclides tem o mérito de, além de tirar o foco literário da região Sudeste e ampliá-lo para as regiões Norte e Nordeste, configurar literariamente, em uma forma diversa da ficção regionalista pitoresca e amena, a reflexão do país como um todo não-orgânico.

Euclides da Cunha dá seqüência, ainda que com especificidades e contradições, ao projeto de nação e à consciência de atraso desenvolvidos por Machado de Assis. Foi com a publicação de *Os Sertões*, inicialmente um conjunto de impressões e anotações sobre a Guerra de Canudos (1893-1897), que Euclides entrou para a história como um dos mais importantes intérpretes do Brasil. Nessa obra, o escritor, a partir da análise da “terra”, do “homem” e da “luta”, e até então completamente mergulhado nas ideologias em voga à época, tais como o cientificismo e o positivismo, equaciona os termos da contradição do projeto de nação vigente ao se confrontar com os apelos da cruel realidade da população que habitava Canudos: uma população de “desterrados em sua própria terra”, abandonada pelo centro político e comercial do país, que se transferira para as regiões Sudeste e Sul, e posta à margem dos projetos de nação construídos até então (e dos projetos posteriores também).

De saída, podemos apontar que Euclides registra a falta de rumo do país, observa que o progresso não é para todos e faz da descoberta do Brasil esquecido um programa de vida. Alguns anos após a volta da Guerra de Canudos, Euclides, chefiando a missão exploradora do Alto Purus, na Amazônia, se depara com outro quadro espantoso, o da vida dos homens em meio a uma natureza inóspita e longe da “civilização” brasileira, homens que, enfim, estavam à margem da história, e da literatura, como sublinha Milton Hatoum (2002).

No entanto, em se tratando de literatura nem tudo são flores, menos ainda quando se trata de Euclides da Cunha. Ressalvados os aspectos críticos presentes em sua obra, não podemos

esquecer o outro gume euclidiano. O escritor paulista incorporou como poucos a ideologia de sua época, e isso nos salta aos olhos a cada página de *Os Sertões*, por exemplo. Transferindo sua fé da religião para a ciência (ou cientificismo) o autor elabora uma interpretação do país bastante determinista, apresentando em muitos pontos o atraso brasileiro como fruto unicamente de causas “naturais” (debilidade de raça, clima, relevo etc.) e que, portanto, não poderiam ser modificadas. Não podemos também deixar de assinalar a relevância da questão racial em *Os Sertões*: sua interpretação “etnográfica” é essencialmente racista, valorizando positivamente apenas o “paulistano”, raça forte, de bandeirantes, à qual caberia o papel de civilizar o país e conduzi-lo ao progresso.

Ousando um pouco, poderíamos dizer que a obra de Euclides é o mais perfeito espécime (para utilizar sua terminologia) do que significou a questão nacional para a literatura brasileira, cuja maior marca é, como dissemos, a contradição. Em sua obra convivem tensamente elementos que vão desde um ufanismo patrioteiro a alguns dos momentos de mais alta negatividade da literatura brasileira

7- Fantasias de nação: da antropofagia ao verde-amarelismo

Iniciemos nossa reflexão acerca do Modernismo brasileiro lembrando a síntese feita por Alfredo Bosi, para quem esse movimento seguiu duas direções, a saber, liberdade formal e ideais nacionalistas (BOSI, 1985, p. 380). Interessa-nos aqui particularmente a segunda direção, trata-se de evidenciar em que consistiu o projeto nacional modernista, sendo que focalizaremos o “primeiro modernismo”.

Embalados pelas transformações sociais impulsionadas pelo fim da Primeira Guerra Mundial, sobretudo as inovações tecnológicas e a modernização das cidades, sob influxo das vanguardas européias e do centenário da Independência, os modernistas brasileiros promoveram a “reavaliação da cultura brasileira” (CANDIDO, 2004, p.88). Nesse sentido, pode-se afirmar que um dos principais elementos constitutivos dessa reavaliação foi o **nacionalismo literário**, que mais uma vez se deu de maneira tensa e contraditória.

Partindo dos consensos para chegar às divergências, observa-se no interior do movimento modernista uma declarada aspiração de reformulação das bases da nação brasileira: criticavam-se

as escolas literárias predecessoras, lutava-se por uma língua própria e buscava-se nas tradições culturais populares e no folclore a formulação de uma verdadeira cultura nacional.

Nesse período, a construção da nação havia novamente se tornado um elemento fundamental na atividade literária. As obras de Machado de Assis, Euclides da Cunha e Lima Barreto haviam chamado a atenção para o caráter perversamente inconcluso da nação brasileira, fazendo-se necessária a conclusão desse projeto. É, então, nessas condições que se desenvolve o nacionalismo literário modernista: a missão agora é dar conta das terras ignotas, dos desterrados em sua própria terra, da grande leva de imigrantes, etc. Haverá, no entanto, muita divergência em relação a como realizar, nos planos sócio-econômico e estético, a incorporação de todos esses elementos à comunidade imaginada brasileira.

Poder-se-ia dizer que a comunidade nacional do Brasil já estava àquela época, ao menos política, econômica e juridicamente, imaginada; porém, socialmente o que se via era a marginalização de grande parte da população em detrimento de uma pequena parcela de privilegiados, a elite político-econômica, que podia gozar, ainda que com restrições, das realizações de algumas das promessas que o Estado-nação europeu colocava desde seu surgimento (liberalismo econômico, autodeterminação individual, etc.).

Façamos, então, uma breve abordagem das concepções de nação, políticas e estéticas, de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e do grupo Verde-Amarelo, ícones do Modernismo e representantes de três atitudes distintas face à questão nacional. Conforme argumentação de Mônica Velloso, pode-se dividir as concepções nacionalistas modernistas em dois grandes grupos: um vinculado a uma interpretação histórico-temporal da nação (grupo Pau-Brasil), outro vinculado a uma interpretação espacial (grupo Verde-Amarelo).

Centrando a argumentação basicamente em torno de Mário de Andrade e Cassiano Ricardo, vinculado ao grupo Verde-Amarelo, Velloso aponta que o debate nacionalista mais uma vez girou em torno da questão do “específico brasileiro” em detrimento da “influência estrangeira”⁴ e vice-versa.

A concepção de nação do grupo Pau Brasil, grosso modo, intentava incorporar criticamente o dado estrangeiro para, por meio da Antropofagia, constituir o dado brasileiro. Houve a intenção de dar um aproveitamento tanto ao nacional quanto ao estrangeiro, tendo

⁴ Para uma análise mais profunda da questão da originalidade veja-se excelente ensaio “Nacional por subtração”, de Roberto Schwarz (2005).

Mário de Andrade desenvolvido, inclusive, uma reflexão teórica bastante sofisticada a esse respeito, fundamentada nas idéias da “entidade nacional brasileira” (PERRONE-MOISÉS, 2007, p.191) e na idéia da “desgeografização”.

Segundo Velloso,

Através da teoria da "desgeografização", Mário propõe uma nova maneira de se pensar o Brasil. Até então a literatura regional vinha interpretando a realidade a partir da geografia e do meio ambiente, priorizando sempre o fator espacial. Agora, entram as questões temporal e histórica. De acordo com esse universo conceitual, Mário procura interpretar o Brasil, situando-o no quadro internacional. (VELLOSO, 1993, p. 10)

Vemos nessa teoria, portanto, a tentativa de configurar uma síntese entre local e cosmopolita (de modo bastante similar à concepção machadiana). Mário irá, de fato, na grande obra que é *Macunaíma*, realizar esse projeto. Aliando cultura popular e folclore a uma vasta erudição, o escritor paulista configura em *Macunaíma* uma composição estética capaz de dar a ver as contradições da nação brasileira: veja-se, por exemplo, a ironia em relação à “literatice” na “Carta pras icamiabas”, sua abordagem da questão racial, as viagens de Macunaíma pelo Brasil como que desfazendo as amarras geográficas, a crítica feita à modernização perversa, etc. (PERRONE-MOISÉS, op. cit., p.188-209).

A concepção do grupo Verde-Amarelo segue um caminho diverso, decaindo para um conceito muito positivo do significado de ser brasileiro. Nessa concepção, a grandiosidade do país, nossas terras, nossas matas (o dado geográfico) faziam frente à nossa história, nada grandiosa, marcada pelos estigmas da colonização e da escravidão. De acordo com essa concepção, dever-se-ia manter, via regionalismo, uma essência nacional em contraposição a tudo que viesse de fora, configurando-se, desse modo, uma identificação entre nação e território, e uma volta às mais ingênuas (mas não inofensivas) concepções de nação românticas.

A consequência de tal pensamento era a amenidade crítica e o apagamento das contradições nacionais. O Brasil verde-amarelo (mas também muito do Brasil antropofágico de Oswald) continuava a ser o país do futuro, nas palavras de Velloso:

No ideário verde-amarelo, o Brasil sempre é apontado como motivo de orgulho: de um lado, ele é o gigante, de outro a criança. Apesar da aparente disparidade, as metáforas convergem para uma idéia matriz: a de potencialidade. Quando o gigante acordar, quando a criança crescer... (VELLOSO, op.cit, p. 13)

Apresentando uma concepção mais aberta ao cosmopolitismo, encontra-se Oswald de Andrade, cuja concepção da Antropofagia, já exposta anteriormente, foi uma das maiores contribuições ao projeto de construção nacional modernista. Essa concepção aparentemente possibilitava uma síntese entre elementos locais e estrangeiros (de fato muito fecunda), e desde então tem sido saudada pela maior parte da crítica e dos leitores como dado sumamente positivo. Gostaríamos, no entanto, de trazer à tona o outro lado da questão, que é a frágil realização estética em muitos pontos da *Poesia Pau Brasil*, apontada com muita acuidade por Francisco Foot Hardman (2000) e Roberto Schwarz (1987).

Os autores apontam que, apesar das intenções de configurar uma nova nacionalidade e de “tirar o país do estado de irrelevância” (SCHWARZ, 1987, p. 26), a poesia pau-brasil acaba amenizando conflitos e conciliando o inconciliável, configurando o que o mesmo Schwarz chama de “visão encantada do Brasil” (idem, p. 21). Segundo Hardman,

a poesia pau-brasil e antropófoga acaba incorporando, com sinais trocados, um índio idealizado e um negro domesticado (...) homogeneizando diferenças culturais e aplainando temporalidades estanques, com todos os seus conflitos antagônicos sublimados, no constructo textual maleavelmente plástico de uma “geléia geral brasileira” (HARDMAN, 2000, p. 322).

Vemos, portanto, que o nacionalismo literário, e todas as questões a ele relacionadas, continuaram sendo também durante o Modernismo um elemento bastante contraditório, alvo de muitas disputas e divergências, tendo sido, nesse momento e nas décadas seguintes, muito utilizado pela direita (descambando para o integralismo e o fascismo tupiniquim) com determinada acepção e, por outro lado, também pela esquerda, com outro significado, aqui mais ligado à interpretação do país, tomada de consciência de nossos problemas e resistência ao imperialismo (CANDIDO, 2004b).

8- As consciências catastrófica e dilacerada do atraso

Nas décadas de 1930, 40 e 50 vão-se dando muitas mudanças no significado de nação e nacionalismo no Brasil e no mundo. A primeira-guerra mundial não solapou as disputas entre as nações imperialistas, pelo contrário, fez com que algumas questões se tornassem ainda mais agudas. Acirram-se as diferenças entre as nações, é o terrível momento da xenofobia levada ao extremo pelo nazi-fascismo. No Brasil, além das reverberações desses acontecimentos, passamos

pela ditadura Vargas (período de muito populismo e nacionalismo patrioteiro) e vemos o Brasil se render de vez aos Estados Unidos, perdendo cada vez mais suas possibilidades de soberania.

Ao longo desse período, observa-se uma gradual transformação na concepção de nação presente na literatura brasileira, que passa diretamente pela mudança de posição no que diz respeito à interpretação do atraso brasileiro: é o momento do que Antonio Candido chamou de “consciência do subdesenvolvimento” (CANDIDO, 2006b, p.169).

A consciência do subdesenvolvimento é apresentada como sendo composta por dois estágios distintos, a consciência catastrófica e a consciência dilacerada do atraso. A consciência catastrófica corresponde, na literatura, a um posicionamento estético diverso do que vinha se apresentando até então; nas palavras de Candido:

O que os caracteriza (...) é a superação do otimismo patriótico e a adoção de um tipo de pessimismo diferente do que ocorria na ficção naturalista. Enquanto este focalizava o homem pobre como elemento refratário ao progresso, eles desvendam a situação na sua complexidade, voltando-se contra as classes dominantes e vendo na degradação do homem uma consequência da espoliação econômica, não do seu *destino* individual (ibidem, p.193).

Já a consciência dilacerada do atraso corresponde a um acirramento dessas tendências que já vêm anunciadas na consciência catastrófica. Neste momento, a nova consciência implica esteticamente a superação de certo naturalismo nativista fruto de "uma época onde triunfava a mentalidade burguesa e correspondia à consolidação das nossas literaturas" (ibidem, p.195).

Verifica-se, assim, um processo de acirramento das contradições que envolvem a relação literatura/ nação. No entanto, os influxos do momento histórico brasileiro e mundial desse período terão consequências problemáticas para essa relação. A cultura acompanhará algumas das transformações do capitalismo mundial, que envolvem, entre outras coisas, a crise do Estado-Nação (mas não seu fim); nesse momento, também as tendências pós-modernistas ganham cada vez mais prestígio e passam a constituir as manifestações culturais e ideológicas hegemônicas. As implicações desse novo quadro para a produção literária em sua relação com a questão nacional serão analisadas no próximo tópico.

9- Multiculturalismo *versus* nacionalismo: a lógica transnacional da literatura contemporânea

A crise do marxismo, o advento do pós-modernismo e o novo estágio do capitalismo, por alguns entendido como “capitalismo tardio”, baseado numa internacionalização do capital cada vez maior, respondem por grandes transformações no entendimento da cultura, ou ao menos nas concepções de cultura.

Ao lado de uma série de complexos fatores (dos quais infelizmente não será possível tratar neste ensaio), as ditaduras ditas “socialistas”, principalmente a União Soviética de Stálin, contribuíram para, em muitos momentos, transformar o marxismo num dogma e esvaziá-lo de alguns de seus componentes mais importantes: o materialismo dialético e a práxis.

Os equívocos no interior do marxismo foram um prato cheio para a burguesia mundial estender sua rede ideológica e deslegitimar a luta dos trabalhadores por uma transformação radical da sociedade. A luta de classes passou a ser entendida como algo ultrapassado e as reivindicações socialistas foram transformadas em meras utopias.

No entanto, a massa de explorados continuava a existir, e a insatisfação também. O que fazer com elas? Simples: levam-se às últimas conseqüências as potencialidades de conceito liberal de indivíduo; em outras palavras, lutas coletivas transformam-se em problemas cada vez mais particulares. A nova palavra de ordem, repetida e inculcada à exaustão, passou a ser a busca dos próprios interesses, ou na melhor das hipóteses, dos interesses do seu “grupo”. Estão lançadas as bases de um dos pilares da pós-modernidade: a fragmentação, cujo maior lastro político é a luta das minorias.

Cabem aqui parênteses importantes. As demandas das chamadas “minorias” (combate ao racismo, ao machismo, à homofobia, à xenofobia etc.) foram, sim, muito mal interpretadas pelo marxismo ao longo do século XX (e continuam a ser até hoje, diga-se de passagem, pelas alas mais conservadoras), tendo sido na maioria das vezes renegadas em nome de uma pouco refletida premência da luta de classes. Porém, essas demandas são reais, urgentes e precisam de soluções. Não se trata aqui de uma disputa passional para decidir qual problema é mais importante. O século XXI, com sua nova (?) ordem mundial, impõe à filosofia da práxis a investigação das inter-relações existentes entre todas essas questões. Uma vez que a fragmentação é, hoje, um dado do real, torna-se necessário encontrar meios de reverter essa situação no sentido de reorganizar as lutas sociais visando à transformação radical da sociedade.

Fechando os parênteses, gostaríamos de situar a cultura em geral e, mais especificamente, a literatura (e o nacionalismo literário) no âmbito dessa discussão. Nos últimos anos vêm

ganhando força os chamados “estudos culturais”, que buscam construir (ou desconstruir?) novos parâmetros de literatura, reivindicando a legitimidade das mais diversas manifestações artísticas **dos** grupos subalternos e **para** esses grupos.

Em estudo lançado recentemente, Leyla Perrone-Moisés chama a atenção para alguns dos equívocos mais freqüentes desses estudos; equívocos que, sinteticamente, consistem em uma fácil e perigosa troca de sinais. Explico melhor: esses estudos tendem a considerar a vasta tradição cultural do Ocidente um mal, tomam-na como manifestação etno e falocêntrica, que deve ser combatida e automaticamente recusada por, entre outras coisas, não **representar** os grupos subalternos.

No que diz respeito mais diretamente à relação literatura-nação, percebem-se nas últimas décadas um movimento de recusa ao nacional e uma tentativa desesperada de inserção na “aldeia global”. As boas graças da crítica estão voltadas para as obras que adiram à onda multicultural. Na esteira de Michel Foucault, Homi Bhabha e companhia, uma das bandeiras dessa crítica tem sido jogar por terra, por exemplo, a potencialidade crítica e de resistência presente nas questões que envolvem o nacionalismo e o nacionalismo literário, tomando-o simplesmente como “grandes narrativas” mitificadoras.

Outro bom exemplo é a questão da influência (ou imitação), que sempre foi um problema para a literatura dos países subdesenvolvidos (ex-colônias), mas que no âmbito da crítica culturalista simplesmente desaparece, não há mais modelos nem imitações, não há mais anterior ou posterior, melhor ou pior. O que há é um grande **intertexto**, em que todas as manifestações artísticas possuem o mesmo valor e a mesma importância (SCHWARZ, 2005, p.118). Nem é preciso ir muito longe para verificar o engodo de tal proposição. Numa tentativa de superação do dado concreto da dependência, da influência e do subdesenvolvimento, simplesmente diluem-se os conflitos e, buscando-se “soluções imaginárias para problemas reais”, entra-se novamente a uma ilusão compensatória.

10- Nacionalismo crítico

Findo esse panorama do nacionalismo literário brasileiro, por meio do qual pretendemos discutir a complexa e contraditória relação entre literatura e nação, cabem algumas palavras finais (mas não definitivas) acerca do assunto.

O nacionalismo é, de fato, uma faca de dois gumes, fazendo-se notar ora por seus aspectos mais positivos, como nas lutas por libertação nacional, ora por seus aspectos mais cruéis, como nos assassinios xenófobos. Não se trata aqui de sermos maniqueístas, ficarmos totalmente contra ou totalmente a favor do nacionalismo, mas sim de, por meio do pensamento dialético, compreender suas motivações históricas, seus desenvolvimentos, seus erros, acertos e possibilidades em cada país.

Apesar da pretensa “globalização” sugerir que o nacionalismo está com os dias contados, o que se tem visto é justamente o contrário. As grandes potências mundiais estão cada vez mais se fechando em suas redomas nacionalistas, impondo barreiras comerciais protecionistas, expulsando imigrantes, intervindo militarmente em outros países com o pretexto de “defender a pátria”, dentre outras calamidades.

Nesse contexto, creio continuarem plenamente atuais as palavras de Antonio Candido quando diz que:

Hoje, nacionalismo é pelo menos uma estratégia indispensável de defesa, porque é na escala da nação que temos de lutar contra a absorção econômica do imperialismo. Ser nacionalista é ser consciente disto, mas também dos perigos complementares. (CANDIDO, 2004b)

E como fica a literatura nesse contexto? No oitavo tópico nós elaboramos um esboço dessa questão. Gostaríamos aqui somente de lembrar que, apesar de não podermos ditar o que e como se deve escrever (o que seria desastroso), cabe a escritores e críticos o esforço de fugir da mesma ilusão ilustrada que caracterizou nossa literatura por tanto tempo e em tantos momentos. Ilusão que hoje se apresenta perversamente sob a máscara da “aldeia global multicultural” e leva a crer que simplesmente trocando os sinais, ou seja, considerando as culturas periféricas superiores às culturas centrais se dará a superação do subdesenvolvimento e da barbárie.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ARANTES, P. E. "Nação e reflexão". In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- BALAKRISHNAN, G.(org.). 2000. *Um mapa da questão nacional*. Ed. Contraponto, Rio de Janeiro.
- BOAVENTURA, M^a Eugênia. Projeto Pau Brasil: Nacionalismo e Inventividade. In: *Remate de Malês*, 6, São Paulo, 1986.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1985.

- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. São Paulo: Ouro sobre azul, 2006a.
- _____. *Educação pela noite e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006b.
- _____. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006c.
- _____. *Iniciação à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.
- _____. Uma palavra instável (Nacionalismo). In: *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004b.
- EAGLETON, Terry. A ascensão do romance. In: *Teoria da Literatura: uma introdução*. Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, 2006.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- HARDMAN, Francisco Foot. Algumas fantasias de Brasil: o modernismo paulista e a nova naturalidade da nação. In: DEDECCA, Edgar; LEMAIRE, Ria (Org.) *Pelas margens*. Campinas: Ed. Unicamp; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- HATOUM, Milton. Expatriados em sua própria pátria. In: *Cadernos de Literatura Brasileira – Euclides da Cunha*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 7ª ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- LVOVICH, Daniel. 1997. *De la determinacion a la imacinacion: Las Teorias Marxistas del Nacionalismo. Una interpretacion*. Dissertação de Mestrado. Buenos Aires, Buenos Aires, 1997.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. Instinto de Nacionalidade. In: *Instinto de Nacionalidade & outros ensaios*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1999.
- PERRONE-MOISÉS, Leila. *Vira e mexe, nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- RICUPERO, B. *O Romantismo e a idéia de nação no Brasil: 1830-1870*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2004.
- SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. 3v. São Paulo: Nova Aguilar, 2002.
- SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Ed. 34, 2000a.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000b.
- _____. Nacional por subtração. In: *Cultura e Política*. Rio de Janeiro Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2005.
- VELLOSO, Mônica. A literatura como espelho da nação. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263.
- _____. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.
- WEBER, João Ernesto. *A Nação e o Paraíso: A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.